



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GERENCIAMENTO DE RISCOS

OBJETO: Análise da viabilidade técnica e econômica para escolha da melhor solução visando o atendimento da demanda por cestas básicas, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Bataguassu/MS, pelo período de 12 (doze) meses.

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Lei nº 14.133/2021 – Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.
- Lei Complementar nº 123/2006 – Dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.
- Resolução TCE/MS nº 88/2018 e suas alterações;
- Decreto Municipal nº 70/2025 – Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
- Decreto Municipal nº 72/2025 – Dispõe sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal;
- Decreto Municipal nº 74/2025 – Dispõe sobre o enquadramento dos bens de consumo;
- Decreto Municipal nº 95/2025 – Dispõe sobre as práticas de gestão de risco;
- Decreto Municipal nº 165/2025 – Dispõe sobre a regulamentação do reequilíbrio econômico-financeiro em contratos administrativos e atas de registro de preços; e
- Demais legislações pertinentes.

REQUISITANTE: Fundo Municipal de Assistência Social

DISPENSA DA DIVULGAÇÃO DA IRP

O presente estudo visa a formalização de Registro de Preços para Futura e Eventual aquisição de cestas básicas, visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Bataguassu/MS, pelo período de 12 (doze) meses.

Vale consignar, que neste procedimento, a Lei Federal nº 14.133/21 prevê:



Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

No mesmo sentido, o Decreto Municipal nº 72/2025, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal, afirma:

Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º. (...)

Art. 10. O procedimento previsto no artigo 9º poderá ser dispensado quando a contratação tiver por objetivo o atendimento apenas do órgão gerenciador e seus fundos especiais.

Desta forma, considerando que a presente contratação atende exclusivamente às necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo este o único beneficiário do objeto em questão, justifica-se a dispensa da publicação da IRP.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A pretendida contratação justifica-se pela necessidade de atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, haja vista que a Administração Pública Municipal tem como atribuição, dentre outras, propiciar a continuidade dos serviços, desempenhando suas funções administrativas ou operacionais de forma a atender o princípio da eficiência e qualidade do serviço ofertado à população.



A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – e regulamentado no âmbito municipal pela Lei 2.651/19.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são os órgãos responsáveis pelo atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, com a distribuição de benefícios eventuais para essa parcela da população. Entre os benefícios previstos em lei, existe o auxílio alimentação, que é concretizado através do fornecimento de cestas básicas.

As cestas básicas serão entregues às famílias necessitadas, após o parecer de um técnico do SUAS vinculado a algum dos órgãos acima mencionados, que preencham o requisito de renda per capita e apresentem a documentação exigida na lei municipal, vedada a duplicidade de recebimento de benefícios por núcleo familiar.

A população atendida pelo auxílio alimentação ainda deverá ser inserida no Cadastro Único (CADUNICO), a fim de ampliar a oferta de proteção social por meio da inclusão em programas sociais do Governo Federal ou programas estaduais e municipais que adotem o cadastro único com base de informações.

Desta forma, as famílias que passam por contingências sociais que fragilizam a manutenção do indivíduo, como acidentes, desemprego, enfermidades, situação de emergência, estado de calamidade pública, entre outros, recebem o auxílio necessário para enfrentar esse período de maior dificuldade e manterem uma vida digna.

Assim, há motivação para licitar a aquisição de CESTAS BÁSICA, uma vez que os órgãos de proteção social do SUAS atendem as famílias em situação de vulnerabilidade social em demanda espontânea. A Lei Municipal nº 2.651/2019 dá amparo a este tipo de atendimento, estando previsto o Benefício Eventual – Auxílio Alimentação. As cestas básicas são necessárias para a concretização do direito constitucional à alimentação e para promoção de segurança alimentar, sendo os serviços prestados de relevante interesse público e social.



II. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025

III) Data de republicação no PNCP: 04/03/2026

IV) Id do item no PCA: 034/2026

V) Classe/Grupo: material

III. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

Os quantitativos da contratação foram estabelecidos com base na demanda atual apresentada pela Secretaria requisitante, conforme segue:

| Item | Código | Descrição do Produto | Unidade | Quant. Atual | Quant. Proc. Anterior | Valor Un. Estimativa |
|------|-------------|--|---------|--------------|-----------------------|----------------------|
| 1 | 002.072.269 | <p>Cesta Básica composta por:</p> <p>01 Embalagem de Açúcar, tipo: cristal</p> <p>Descrição Complementar: Açúcar cristal, branco, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem original de fábrica com 5kg, atóxica, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>Unidade: Embalagem 5,00 KG</p> <p>Código Catmat: 463988</p> | UN | 4.800 | 3.600 | 135,00 |



| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | <p>02 Embalagem de ARROZ BENEFICIADO, TIPO: AGULHINHA, BRANCO, SUBGRUPO: POLIDO, CLASSE: LONGO FINO, QUALIDADE: TIPO 1</p> <p>Descrição Complementar: constituídos de grãos inteiros, não devem apresentar manchas escuras, brancas, avermelhadas ou esverdeadas, não deve estar com sabor ardido e nem apresentar perfurações (carunchos e outros insetos), livre de sujidades, terras e corpos estranhos, acondicionado em embalagem plástica atóxica resistente, original de fábrica com 05 Kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 5,00 KG</p> <p>CÓDIGO CATMAT: 458904</p> <p>01 pacote Biscoito, sabor: maizena, características adicionais: sem recheio, enriquecido vitaminas, 0% gordura trans</p> <p>Descrição Complementar: biscoito tipo maisena, de 1ª primeira qualidade, vitaminado, inteiros e firmes, não devem apresentar cor esverdeada c/ pontos brancos e cinza (mofo) ou perfurações de carunchos e outros insetos, acondicionado em embalagem original de fábrica, pacote c/ mínimo 345g, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de</p> | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|



| | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|
| | | <p>fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>Unidade: Pacote mínimo 345g</p> <p>01 Embalagem Farinha de mandioca, grupo: seca, subgrupo: branca torrada, classe: fina, aspecto físico: tipo 1, acidez: baixa acidez. Descrição Complementar: de 1ª qualidade, seca, beneficiada, aspecto granuloso fino, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionada em embalagem original de fábrica, em polipropileno transparente ou papel, pacote com 01 kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>Unidade: Embalagem 1,00 KG</p> <p>Código Catmat: 458920</p> <p>02 Embalagem de LEGUMINOSA, VARIEDADE: FEIJÃO CARIOCA, TIPO: TIPO 1</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: novo de coloração clara, de safra recente, constituídos de grãos inteiros não deve conter perfurações (carunchos e outros insetos), não devem estar esbranquiçados (mofo), murchos, sem brilho ou brotando, livre de sujidades, terras e corpos estranhos,</p> | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|



| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | <p>não devem apresentar cheiro estranho quando o pacote for aberto (inseticida), acondicionado em embalagem de polietileno, transparente, atóxica, resistente de 1 kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 1,00 KG</p> <p>CÓDIGO CATMAT: 464553</p> <p>02 Embalagem de MACARRÃO, TEOR DE UNIDADE: MASSA SECA, BASE DA MASSA: DE SÊMOLA, SEMOLINA, INGREDIENTES ADICIONAIS: COM OVOS, APRESENTAÇÃO: ESPAGUETE</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: livre de umidade, isento de fungos e de fragmentos estranhos, devem estar inteiros e firmes, não devem apresentar perfurações (carunchos ou outros insetos), acondicionado em embalagem original de fábrica, em polipropileno transparente ou papel resistente, pacote c/ 500g, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 500,00 G</p> <p>CÓDIGO CATMAT: 458955</p> | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|



| | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|
| | | <p>02 Embalagem de Massa de tomate, tipo: molho pronto, composição: tradicional, apresentação: líquido Unidade: Embalagem mínimo 300,00 G</p> <p>02 Embalagem de ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, TIPO: PURO, ESPÉCIE VEGETAL: SOJA, TIPO QUALIDADE: TIPO 1 DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: óleo de soja refinado e antioxidantes, deve ser transparente, c/ cheiro e sabor próprio, acondicionado em embalagem original de fábrica, embalagem c/ 900 ml, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente. (A embalagem não deve estar amassada, estufada, ou conter perfurações). UNIDADE: EMBALAGEM 900,00 ML CÓDIGO CATMAT: 463692</p> <p>02 Embalagem de PEIXE EM CONSERVA, VARIEDADE: SARDINHA, APRESENTAÇÃO: DESCABEÇADA E EVISCERADA, MEIO DE COBERTURA: COM ÓLEO COMESTÍVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: com ômega 3, de 1ª qualidade. O produto deve estar livre de nadadeiras, cauda e cabeça, pré-cozida. Acondicionada em embalagem original de fábrica com peso líquido de 250g (lata) sem vestígio de ferrugem, amassadura</p> | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|



| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | <p>ou estufada, não deve apresentar manchas escuras e ferrugem na parte interna, com especificação dos ingredientes, informações do fabricante e prazo de validade estampados na embalagem. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 250,00 G</p> <p>CÓDIGO CATMAT: 449006</p> <p>01 pacote de Sal, tipo: refinado, aplicação: alimentícia, teor máximo sódio: 196 mg,g, aditivos: iodo,prussiato amarelo soda, acidez: 7,20 ph</p> <p>Descrição Complementar: sal refinado, de 1ª primeira qualidade, iodado, acondicionado em embalagem original de fábrica, pacote c/ 01 Kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>Unidade: Pacote 1,00 KG</p> <p>Código Catmat: 433275</p> <p>01 embalagem de BISCOITO SALGADO CREAM CRACKER mínimo 345G - pacote de no mínimo 345g, livre de gordura trans, prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. Contém glúten.</p> <p>Os 11 produtos deverão ser entregues embalados em fardos transparentes</p> | | | | |
|--|--|--|--|--|--|



| | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|
| | | resistentes com gramatura mínima de 0,20 mm, devidamente identificados, não podendo haver produtos que não estejam adequados ao consumo humano. | | | | |
| Valor Total Estimado R\$ 648.000,00 | | | | | | |

O quantitativo da contratação foi estabelecido com base na demanda para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com a média de famílias atendidas com o Auxílio Alimentação no ano anterior e a projeção esperada para o ano de 2026. Conforme relatório anexo, o saldo da Ata anterior foi totalmente consumido antes mesmo de seu encerramento, que ocorrerá em 08/04/2026.

Estima-se, portanto, a média de 400 (quatrocentas) cestas básicas para distribuição mensal, a fim de atender as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social acompanhadas pelos CRAS e CREAS, bem como demandas emergenciais encaminhadas por outros órgãos da rede socioassistencial.

O aumento na quantidade dos itens se deve ao crescimento populacional previsto com a instalação de uma megafábrica de celulose no município, fato que tem atraído muitas pessoas para Bataguassu em busca de oportunidades de emprego, as quais, por vezes, não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Essa população de migrantes recebe atendimento da rede socioassistencial, incluindo auxílio para retornarem às suas cidades de origem, suporte para encontrar emprego, e o auxílio alimentação consistente na entrega de uma cesta básica. Dessa forma, as quantidades anteriores seriam incapazes de atender à demanda, agora maior, de serviços, razão pela qual justifica-se o aumento.

Ressalta-se, ainda, que a demanda atendida com o Auxílio Alimentação é espontânea e esporádica, de modo que é impossível prever com exatidão a quantidade de famílias que serão atendidas e quantas cestas básicas serão distribuídas. Por essa razão optou-se pela formalização de registro de preços, a fim de conferir maior flexibilidade e segurança à contratação.



IV. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de **R\$ 648.000,00 (seiscentos e quarenta e oito mil reais)**. Os valores utilizados para a estimativa foram baseados no processo administrativo 24/2025, conforme documento anexo a este estudo.

V. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na realização de um pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, para a formação de Ata de Registro de Preços, visando a contratação futura e eventual de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de cestas básicas, pelo período de 12 meses.

O item objeto da contratação é anualmente licitado, por se tratar de material indispensável para o atendimento das famílias em vulnerabilidade social com a concessão do Auxílio Alimentação, ofertando assim uma prestação de serviço público à população com qualidade e eficiência, sendo que a contratação anterior se realizou através do Processo Administrativo nº 024/25, Pregão Eletrônico nº 003/25, estando a concessão do benefício eventual previsto na Lei Municipal nº 2.651/2019.

A escolha do pregão eletrônico garante maior competitividade, transparência e economicidade, ampliando a participação de fornecedores e possibilitando a obtenção de melhores condições de preço e qualidade, conforme preconiza o art. 37 da Constituição Federal e a Lei nº 14.133/2021. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), regulamentado pelo Decreto Municipal nº 72/2025, permite aquisições parceladas conforme a demanda real, evitando a imobilização de recursos orçamentários em estoques excessivos e minimizando riscos de perdas por vencimento ou deterioração dos produtos. Essa estratégia promove a racionalidade administrativa, alinhada ao princípio da eficiência, e assegura a flexibilidade necessária para atender às variações na demanda por serviços odontológicos, especialmente em razão do aumento populacional e da ampliação dos atendimentos.

Os produtos adquiridos deverão ser nutricionalmente adequados e seguir todas as normas vigentes para alimentos e vigilância sanitária. A entrega ocorrerá de forma parcelada, de acordo com as necessidades da secretaria solicitante, e realizada no



almoxarifado central, com conferência quantitativa e qualitativa no momento do recebimento. Os fornecedores deverão substituir itens defeituosos em tempo hábil e sem ônus para a administração.

Essa solução atende ao interesse público ao assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços socioassistenciais, promovendo segurança alimentar para famílias em situação de vulnerabilidade social, reduzindo riscos de interrupções no atendimento e otimizando os recursos financeiros disponíveis, em linha com os princípios da eficiência, legalidade e economicidade.

Qualificação técnica

A exigência de comprovação de regularidade junto à Vigilância Sanitária, por meio da apresentação de Licenciamento Sanitário válido é indispensável para verificar a aptidão da licitante no fornecimento de gêneros alimentícios, conforme regulamentação da ANVISA e demais normativas pertinentes, incluindo a Lei nº 14.133/2021. Esses requisitos asseguram que os produtos fornecidos atendam aos padrões técnicos, sanitários e de biossegurança exigidos, garantindo a segurança das pessoas atendidas pelo Auxílio Alimentação e a conformidade com as normas de controle de qualidade.

Qualificação Econômico-Financeira

A exigência de apresentação da certidão negativa de falência (conforme o art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) é essencial para assegurar que a licitante encontre-se em situação financeira saudável, diminuindo o risco de interrupção na execução do contrato ou ata devido a questões econômicas adversas, como insolvência ou falência. Essa medida é indispensável para proteger o interesse público, garantindo a continuidade dos serviços ou obras objeto da licitação.

Justificativa da Não Participação de Consórcio de Empresas

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a vedação à participação de empresas em consórcio deve ser devidamente motivada. No presente caso, o objeto não



se caracteriza como de grande vulto, tampouco envolve alta complexidade técnica, o que afasta a necessidade de permitir a formação de consórcios, conforme parâmetros legais.

Adicionalmente, a estrutura administrativa da Prefeitura de Bataguassu é enxuta, não dispondo de recursos adequados para gerenciar contratações com consórcios, o que poderia comprometer a eficiência da gestão contratual. Ressalta-se ainda que a permissão para atuação consorciada poderia reduzir a competitividade do certame, ao favorecer a união de potenciais concorrentes.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios visa preservar a ampla concorrência e a vantajosidade da contratação, sem prejuízos técnicos ou econômicos à Administração.

VI. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

É fato que compete à Administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes, por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação.

Sabe-se, também, que a ordem instituída na Lei nº 14.133/2021 orienta no sentido de que *“o parcelamento não será adotado quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor”*, conforme artigo 40, §3º, inciso I.

Optou-se pelo não parcelamento do objeto, licitando os itens que compõem a cesta básica em um único lote, a fim de proporcionar o melhor atendimento do interesse público e das necessidades da Administração. O desmembramento ou fracionamento do objeto licitado ensejaria dificuldade quanto a montagem das cestas, pois se cada empresa vencer um item prejudicaria o planejamento, a padronização das cestas, e a execução do contrato.

Neste caso se justifica a vedação do parcelamento da contratação, pois o material mantém dependência com a prestação de serviço, sendo necessário que a



mesma empresa que forneça as cestas básicas, também forneça a prestação de serviço de manejo e boa qualidade.

Assim, a concentração do objeto em um único item/lote otimizará a gestão da contratação, de modo a oferecer maior amplitude ao certame, considerando ser, do ponto de vista técnico e econômico, mais viável e vantajoso à Administração Pública Municipal.

VII. JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE ETP SIMPLIFICADO

Justifica-se a realização dos Estudos Técnicos Preliminares sob a forma simplificada em virtude de expressa previsão legal constante do artigo 10, inciso V, do Decreto Municipal nº 70/2025, que dispõe:

Art. 10. A elaboração do ETP:

(...)

V - é facultada nas contratações de produtos produzidos ou serviços prestados de forma repetida, que representam as atividades de funcionamento regular e rotineiro do órgão e não possuindo prazo de solução de continuidade, e que não contemplem situações de compra e locação de bens. Nestas situações deverá ser elaborado ETP simplificado, de acordo com o parágrafo 1º do art. 6º.

VIII. GERENCIAMENTO DE RISCO

| RISCO 1 | Licitação deserta (nenhuma empresa participante) |
|----------------------|--|
| ETAPA | () Planejamento (X) Seleção do fornecedor () Execução do Contrato |
| Probabilidade | () Muito baixo (X) Baixo () Médio () Alto () Muito alto |
| Impacto | () Muito baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito alto |
| Medida(s) | Realizar planejamento detalhado com pesquisa de mercado robusta para identificar potenciais fornecedores; definir orçamento realista |



| | |
|----------------------|---|
| | considerando flutuações de mercado; elaborar especificações claras para evitar ambiguidades que desestimulem fornecedores. |
| Responsável | Setor de Licitação |
| RISCO 2 | Fornecedor com documentação irregular ou desqualificado |
| ETAPA | (<input checked="" type="checkbox"/>) Planejamento (<input checked="" type="checkbox"/>) Seleção do fornecedor () Execução do Contrato |
| Probabilidade | () Muito baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixo () Médio () Alto () Muito alto |
| Impacto | () Muito baixo () Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio () Alto () Muito alto |
| Medida (s) | Exigir documentação completa e atualizada conforme exigências legais; conferir certidões negativas, habilitação jurídica, fiscal e trabalhista |
| Responsável | Equipe de Planejamento, Pregoeiro |
| RISCO 3 | Material entregue fora das especificações técnicas |
| ETAPA | () Planejamento () Seleção do fornecedor (<input checked="" type="checkbox"/>) Execução do Contrato |
| Probabilidade | () Muito baixo () Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio () Alto () Muito alto |
| Impacto | () Muito baixo () Baixo () Médio (<input checked="" type="checkbox"/>) Alto () Muito alto |
| Medida (s) | Definir especificações técnicas claras e detalhadas no Termo de Referência; realizar inspeções e testes no momento da entrega com acompanhamento técnico. |
| Responsável | Fiscal de contrato |
| RISCO 4 | Atraso na entrega do material |
| ETAPA | () Planejamento () Seleção do fornecedor (<input checked="" type="checkbox"/>) Execução do Contrato |
| Probabilidade | () Muito baixo () Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio |



| | |
|--------------------|---|
| | () Alto () Muito alto |
| Impacto | () Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto |
| Medida (s) | Estabelecer prazos realistas baseados na capacidade do fornecedor; incluir cláusulas contratuais com penalidades para atrasos. |
| Responsável | Fiscal do contrato |

MAPA DE RISCO

| I M P A C T O | P R O B A B I L I D A D E | | | | | |
|---------------------------------|---------------------------|----------------|-------|---------|---------|---------------|
| | | MUITO BAIXO | BAIXO | MÉDIO | ALTO | MUITO ALTO |
| | MUITO ALTO | Médio | Alto | Extremo | Extremo | Extremo |
| | ALTO | Médio | Alto | Alto | Alto | Extremo |
| | MÉDIO | Médio | Médio | Alto | Alto | Extremo |
| | BAIXO | Baixo | Baixo | Médio | Alto | Alto |
| | MUITO BAIXO | Baixo | Baixo | Médio | Médio | Médio |

LEGENDA: Vermelho: Risco extremo – Amarelo: Risco alto – Branco: Risco médio e Verde: Risco baixo.



IX. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Após análises e levantamentos, com base no estudo exposto acima, pode-se concluir que o objeto de contratação do presente ETP é viável, além de ser necessário para o atendimento das necessidades e interesses da Administração Pública, estando em conformidade com Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 3.228/2025.

Bataguassu-MS, 09 de março de 2026.

Elaboração:

Nathália Schulz Cardoso
Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Geovani Tavares Martim
Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Kauan Lucio Ferreira da Rosa
Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Aprovado por:

Thais Bastos Galvão Thomazini
Secretária Municipal de Assistência Social.



ANEXO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Análise da viabilidade técnica e econômica para escolha da melhor solução visando o atendimento da demanda por cestas básicas, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Bataguassu/MS, pelo período de 12 (doze) meses.

- Relação de Registro de Preços P.A. 24/2025, utilizado como referência de preços para valor estimado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU
AVENIDA AQUIDAUANA, 1001
CNPJ : 03576220/0001-56

RELAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

Página 1

Nº Proc. Licitatório : 000024/25

Modalidade : PREGÃO ELETRÔNICO

Nº Modalidade Licit. : 3

Proc. Administrativo : 024

Nº Controle Ata :

Prazo de Validade : 08/04/2026

Objeto / Descrição : Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios (Cesta Básica) para atender as famílias em situação de vulnerabilidade social econômica, de forma temporária, cadastradas nos Centros de Referência de Assistência Social do Município de Bataguassu-MS.

Registro de Preços (Inicial) Prazo de Validade : 08/04/2026

Fornecedor / Proponente : 16691 - LUX COMERCIO E SERVICOS LTDA

Centro de Custo : 11 - Fundo Municipal de Assistência Social

| Item | Cód. Produto | Descrição Marca | Motivo | Unid. | Qtde | Valor Unitário | Valor Total | Qtde. Sol. Vir. Sol. | Qtde. Ped. Vir. Ped. | Qtde. Saldo Vir. Saldo | Percentual Vir. Saldo Total |
|------|--------------|-----------------------------|--------|-------|--------------------|----------------|-------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| 1 | 002.072.269 | CESTA BASICA LICITACAO X | | UN | 2700 Quantidade | 135,00 | 364.500,00 | 0 0,00 | 2700 4.500,00 | 0 0,00 | 0,00 0,00 |
| 2 | 002.072.269 | CESTA BASICA LICITACAO X | | UN | 900 Quantidade | 135,00 | 121.500,00 | 0 0,00 | 900 1.500,00 | 0 0,00 | 0,00 0,00 |

Total Registro de Preços (Inicial) :

486.000,00

Saldo Total:

0,00